




EXPEDIENTE Data: <u>22</u> / <u>05</u> /2023	DECISÃO PLENÁRIA - Data: <u>26</u> / <u>06</u> /2023		
	() PEDIDO DE VISTA () PEDIDO DE RETIRADA	(X) APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: 

PROJETO DE LEI Nº 010/2023

Dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, altera a Lei Municipal nº 1.378/2020, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino, alterando-se os Anexos I, II e III, da Lei Municipal 1.378/2020.

Art. 2º. Fica alterada a redação do inciso III e acrescentado o inciso IV ao art. 2º da Lei Municipal nº 1.378/2020, que passam a vigor da seguinte forma:

Art. 2º Compõem a estrutura de cargos públicos de provimento em comissão da Câmara Municipal:

I – (...)

II – (...)

III – Assessor Parlamentar;

IV - Chefe de Serviços Gerais;

Art. 3º. Fica alterada a redação do §6º do art. 3º da Lei Municipal 1.378/2020, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 3º (...)

§1º (...)

§6º No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos cargos de provimento em comissão previstos nesta Lei deverão



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

obrigatoriamente ser preenchidos por ocupantes de cargos públicos de provimento efetivo.”

Art. 4º. Fica alterado o requisito de formação para o cargo de provimento em comissão de Assessor da Presidência, conforme estabelecido junto ao Anexo II desta Lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 15 de maio de 2023.

Ver. Arnildo Gerhardt Neto-PODEMOS
Presidente

Ver. José Carlos David-PDT
Vice-Presidente



ANEXO I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	NATUREZA	QUANTIDADE	REFERÊNCIA
Coordenador Geral	Comissionado	1	C-I
Assessor da Presidência	Comissionado	1	C-II
Assessor Parlamentar	Comissionado	1	C-II
Chefe de Serviços Gerais	Comissionado	1	C-III

ANEXO II
DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO

II – DO CARGO DE ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA CC-II

(...)

Requisitos:

Formação: **Ensino Superior Completo.**

Forma de Ingresso: **Livre nomeação e exoneração**

IV – DO CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR - CC-II

Prestar assessoramento legislativo de acordo com as orientações políticas definidas pelos Vereadores, podendo utilizar dados e pareceres disponibilizados pelo quadro técnico da Câmara Municipal; - Examinar expedientes, processos e documentos, a fim de assessorar os Vereadores com informações e dados concretos, inclusive com base em informações coletadas junto à comunidade local; - Assessorar na elaboração da agenda política dos Vereadores, bem como acompanhá-los em eventos e viagens, quando devidamente justificado; - Promover e manter contatos com as áreas técnicas da Câmara que possam colaborar nas atividades dos Vereadores, funcionando como um facilitador nos fluxos de trabalho e harmonização das demandas políticas em relação à observância das exigências técnicas de cada unidade administrativa do Poder Legislativo; - Assessorar os Vereadores em seus atendimentos e contatos políticos com municípios, órgãos públicos e organizações não governamentais; - Assessorar a coordenação e o controle das atividades parlamentares dos Vereadores, a fim de ponderar e registrar em todas as atividades de assessoramento as características políticas dos titulares de mandato parlamentar; - Assessorar os Vereadores na análise de normas, leis, resoluções, regimentos e demais instrumentos; - Assessorar os vereadores, nas atividades desempenhadas na qualidade de membros de Comissões Temporárias, como Comissão Parlamentar de Inquérito e Comissão Processante, prestando auxílio na elaboração de relatórios e outros despachos e documentos que se fizerem necessários, bem como alertando acerca dos prazos a serem cumpridos, estabelecidos na legislação; - Assessorar os Vereadores na análise dos projetos e no aprimoramento de



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

medidas voltadas à fiscalização do cumprimento das disposições orçamentárias, planos e metas para o Município; Prestar assessoramento às atividades políticas dos Vereadores; - Assessorar a coleta de dados para fundamentar e motivar a iniciativa ou manifestação legislativa, à luz das características políticas dos Vereadores; - Assessorar politicamente os Vereadores em todos os trabalhos externos junto à comunidade e órgão públicos, estabelecendo o intercâmbio de informações e reivindicações da população; - Manter comprometimento político com os Vereadores que assessora, estando à disposição de forma ininterrupta todos os dias, a seu critério, mantendo fidelidade às diretrizes políticas estabelecidas; - Executar outras tarefas e competências correlatas que forem atribuídas pelo Vereador ou Presidente da Câmara.

Requisitos:

Formação: **Ensino Superior Completo.**

Forma de Ingresso: **Livre nomeação e exoneração**

ANEXO III
DOS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	VENCIMENTO	REFERÊNCIA
Coordenador Geral	12.772,68	CCI
Assessor da Presidência	5.987,19	CCII
Assessor Parlamentar	5.987,19	CCII
Chefe de Serviços Gerais	3.592,31	CCIII



JUSTIFICATIVA

Nobres Pares, o presente projeto tem por objetivo criar o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, alterar o percentual mínimo de cargos comissionados destinados aos servidores de carreira, bem como alterar o requisito de formação para o cargo de provimento em comissão de Assessor da Presidência.

Convém mencionar, que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Diamantino não desconhece o teor da Notificação Recomendatória nº 18/2020 – 2ªPJ/CÍVEL/DIAMANTINO-MT, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso que, dentre outros, recomendou que fossem extintos os cargos comissionados de Assessor Parlamentar, que ocorreu através da Lei Municipal 1.378/2020.

No entanto, nos anos que se passaram, verificou-se a necessidade de se ter nos quadros de servidores comissionados da Câmara Municipal, o cargo de Assessor Parlamentar, especialmente para dar suporte às atividades dos Vereadores, assim como para facilitar a comunicação com a população de modo geral, a fim de angariar subsídios para a melhor atuação dos parlamentares.

Bem por isso, o Presidente desta Casa – Biênio 2021/2022 - reuniu-se com o atual Promotor de Justiça titular da 2ª PJ – Cível, da Comarca de Diamantino, a fim de expor a situação vivenciada pelos parlamentares e a necessidade de criação do cargo de assessor parlamentar.

Estes, pois, os motivos, pelos quais solicitam o apoio dos nobres pares na aprovação do presente Projeto de Lei.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 15 de maio de 2023.

Ver. Arnildo Gerhardt Neto/PODEMOS
Presidente

Ver. José Carlos David/PDT
Vice-Presidente



PROJETO DE LEI 11/2023 – PODER LEGISLATIVO
ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO – ART. 16 e 17 LRF

Trata-se de demonstração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro trazido pela eventual aprovação do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de assessor parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal De Diamantino/MT, altera a Lei Municipal 1.378/2020, e dá outras providências.

A tabela 1 demonstra para o exercício atual e dois subsequentes, o impacto orçamentário-financeiro da despesa com pessoal criada pelo PL. No cálculo está prevista nomeação na vaga criada com os dias proporcionais de maio de 2023.

	2023	2024	2025
Previsão Aumento 3.1.90	59.924,84	108.823,55	108.823,55

Tabela 1 – Despesa gerada pela aprovação do projeto de lei. Valores expressos em reais.

Considerando a despesa criada, aliada à previsão de gastos com pessoal oriunda da conjuntura existente, entre despesas já executadas e previstas, e a aprovação do referido projeto de lei, apresenta-se a reestimativa da despesa com pessoal, conforme descrito na tabela 2. A reestimativa considerou que em eventual realização de concurso público para o preenchimento de cargos vagos, as nomeações ocorreriam somente em 2024.

	2023	2024	2025
Previsão Total 3.1.90	3.814.790,00	4.246.289,89	4.267.306,92

Tabela 2 – Despesa com pessoal reestimada após a aprovação do projeto de lei. Valores expressos em reais.

A projeção abrange as obrigações de gasto com pessoal como vencimentos, subsídios, gratificações, incentivos, adicionais, férias, décimo terceiro salário, progressões de nível, promoções de classe, contribuição previdenciária patronal e licenças-prêmio indenizadas.

Levando em consideração a reestimativa apresentada e o valor fixado na lei 1.516/2022 (LOA/2023) para gastos com despesa de pessoal, após a aprovação do projeto de lei em questão não haveria necessidade de nova suplementação, já que o valor previsto na LOA, mais créditos adicionais na dotação 20001.3.1.90 é de R\$ 3.820.000,00, valor suficiente para a cobertura da despesa acrescida.

A expansão de despesas será suportada com a previsão de aumento da receita arrecadada pelo município de Diamantino, aliada à previsão de aumento do duodécimo recebido pelo Poder Legislativo conforme as metas estabelecidas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes. Assim, considerando que os valores de duodécimo já estão previstos nas metas das referidas leis, a despesa criada não afetará as metas de resultados



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

fiscais estabelecidos. Os dados da previsão de aumento da receita e duodécimo estão demonstrados na tabela 3.

	2023	2024	2025
Previsão Receita Municipal	185.320.280,80	196.241.998,07	210.798.405,61
Previsão de Duodécimo Poder Legislativo	6.498.872,29	6.906.299,69	7.024.737,92

Tabela 3 – Previsão de Aumento de Receita Corrente/Duodécimo, conforme PPA e LDO vigentes. Valores expressos em reais.

Já a tabela 4, evidencia a estimativa do impacto da majoração da despesa com pessoal trazido pelo projeto de lei, em relação a limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao limite constitucional de gasto com folha de pagamento das Câmaras Municipais.

O limite máximo de gasto com pessoal do Poder Legislativo Municipal é de 6,00% da Receita Corrente Líquida do Município. No Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2023, o percentual atingido foi de 1,88%.


Já em relação limite de 70% com gasto com folha de pagamento, tratado no artigo 29-A § 1º da Constituição Federal, será respeitado, mesmo após a eventual aprovação do projeto.

	2023	2024	2025
Previsão Receita Corrente Municipal	175.718.220,00	185.693.608,00	200.099.551,00
Previsão de Duodécimo Poder Legislativo	6.498.872,29	6.906.299,69	7.024.737,92
Gasto Com Pessoal Previsto	3.814.790,00	4.246.289,89	4.267.306,92
Percentual Previsto (LRF)	2,17%	2,29%	2,13%
Gasto com Folha de Pagamento (CF)	58,70%	61,48%	60,75%

Tabela 4 – Limite de Gastos com Pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal/CF.

Nesse sentido, **considerando as atuais estimativas apresentadas**, demonstra-se que há suporte orçamentário-financeiro para as despesas oriundas do projeto de Lei que dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de assessor parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal De Diamantino/MT, altera a Lei Municipal 1.378/2020, e dá outras providências.

Diamantino/MT, 11 de maio de 2023


Arnildo Gerhardt Neto
Presidente



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Arnildo Gerhardt Neto, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento às determinações dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, DECLARO, nos termos da legislação vigente, existir adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes para tramitação do Projeto de Lei n.º 11/2023, que dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de assessor parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal De Diamantino/MT, altera a Lei Municipal 1.378/2020, e dá outras providências.

Diamantino/MT, 11 de maio de 2023

Arnildo Gerhardt Neto
Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

PROJETO DE LEI 11/2023 – PODER LEGISLATIVO
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO)

Além das rubricas orçamentárias já tratadas no impacto orçamentário financeiro, a criação do cargo em questão implicaria no aumento de R\$ 300,00 mensais com auxílio alimentação do servidor ocupante, uma vez que tal despesa é decorrente de lei já aprovada. Isso resultaria no aumento de valores tratados na tabela 1.

Elemento: 3.3.90.46	2023	2024	2025
Auxílio Alimentação – Legislação atual	68.400,00	68.400,00	68.400,00
(+) Auxílio Alimentação - Assessor Parlamentar	2.400,00	3.600,00	3.600,00
(=) Auxílio Alimentação Posterior	70.800,00	72.000,00	72.000,00

Tabela 1 – Previsão de Aumento de Receita Corrente/Duodécimo, conforme PPA e LDO vigentes. Valores expressos em reais.

Ressalta-se, porém, que tais valores não implicariam em aumento da dotação prevista em 2023, pois seria suficiente para tal cobertura, já que está fixada na LOA em R\$ 80.000,00. Além disso, o auxílio alimentação não é considerado gasto com pessoal para fins de aplicação de limites constitucionais e legais.


A expansão de despesas será suportada com a previsão de aumento da receita arrecadada pelo município de Diamantino, aliada à previsão de aumento do duodécimo recebido pelo Poder Legislativo conforme leis orçamentárias já aprovadas (PPA e LDO). Os dados da previsão de aumento da receita e duodécimo estão demonstrados na tabela 2.

	2023	2024	2025
Previsão Receita Municipal	185.320.280,80	196.241.998,07	210.798.405,61
Previsão de Duodécimo Poder Legislativo	6.498.872,29	6.906.299,69	7.024.737,92

Tabela 2 – Previsão de Aumento de Receita Corrente/Duodécimo, conforme PPA e LDO vigentes. Valores expressos em reais.

Nesse sentido, **considerando as atuais estimativas apresentadas**, demonstra-se que há suporte orçamentário-financeiro para as despesas oriundas do projeto de Lei que trata da criação do cargo de assessor parlamentar no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Diamantino/MT, 22 de maio de 2023.


Arnildo Gerhardt Neto
Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

OF. Nº 018/2023/SECLEG

Diamantino, 25 de maio de 2023.

Assunto: Despacho de processo legislativo. Auxílio as Comissões.

Excelentíssimo Senhor
Arnildo Gerhardt Neto
Presidente da Câmara Municipal

Ilustríssima Senhora
Aline Simony Stella
Advogada da Câmara Municipal

Excelentíssimo Senhor
Adriano Soares Correa
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Excelentíssimo Senhor
Edimilson Freitas Almeida
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Senhores Presidentes e Senhora Advogada,

Cumpra-me em consonância com o artigo 55, RI, encaminhar a presente matéria legislativa, apresentada no **EXPEDIENTE - Sessão Plenária de 22 de maio de 2023**, e está disponível desde o momento do protocolo na página oficial da Câmara Municipal: <https://sapl.diamantino.mt.leg.br/materia/pesquisar-materia>

PLL 10/2023 - Projeto de Lei Legislativo

Ementa: Dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, altera a Lei Municipal nº 1.378/2020, e dá outras providências.

Protocolo: 573/2023 **Data Protocolo:** 22/05/2023 **Horário:** 17:29:20

Autor: Mesa Diretora 2023/2024


Localização Atual: Comissão de Constituição e Justiça

Status: Emissão de Parecer

Data Fim Prazo (Tramitação): 08 de junho de 2023

Aproveito o ensejo para remeter-lhe votos de apreço e considerações.

Atenciosamente,


Deizelucy Maria Pereira Mesquita
Chefe de Secretaria Legislativa
Portaria nº013/2023



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

PARECER N.º 040/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PROTOCOLO GERAL 640/2023
Data: 02/06/2023 - Horário: 16:54
Administrativo

Assunto: PROJETO DE LEI 10/2023

Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Diamantino/MT – Biênio 2023/2024

Senhor Presidente,

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa criar o cargo de assessor parlamentar no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, bem como alterar a Lei Municipal nº 1.378/2020.

A justificativa apresentada para a propositura do referido Projeto de Lei foi a seguinte:

"Nobres Pares, o presente projeto tem por objetivo criar o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, alterar o percentual mínimo de cargos comissionados destinados aos servidores de carreira, bem como alterar o requisito de formação para o cargo de provimento em comissão de Assessor da Presidência.

Convém mencionar, que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Diamantino não desconhece o teor da Notificação Recomendatória nº 18/2020 – 2ªPJ/CÍVEL/DIAMANTINO-MT, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso que, dentre outros, recomendou que fossem extintos os cargos comissionados de Assessor Parlamentar, que ocorreu através da Lei Municipal 1.378/2020.

No entanto, nos anos que se passaram, verificou-se a necessidade de se ter nos quadros de servidores comissionados da Câmara Municipal, o cargo de Assessor Parlamentar, especialmente para dar suporte às atividades dos Vereadores, assim como para facilitar a comunicação com a população de modo geral, a fim de angariar subsídios para a melhor atuação dos parlamentares.

Bem por isso, o Presidente desta Casa – Biênio 2021/2022 - reuniu-se com o atual Promotor de Justiça titular da 2ª PJ – Cível, da Comarca de Diamantino, a fim de expor a situação vivenciada pelos parlamentares e a necessidade de criação do cargo de assessor parlamentar.

Estes, pois, os motivos, pelos quais solicitam o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei."



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

Acompanha o Projeto a Estimativa de Impacto Orçamentário/Financeiro e a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, ambas firmadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Diamantino.

É o relatório. Passo a opinar.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 – Da Competência

O art. 34 da Lei Orgânica do Município de Diamantino/MT atribui à Mesa Diretora a iniciativa exclusiva dos projetos de lei que *“Criem, transformem ou extingam cargos dos serviços da Câmara Municipal e fixem os respectivos vencimentos.”* Tal como a Constituição Federal prevê para a Câmara dos Deputados e Senado Federal, vide arts. 51, IV e 52, XIII.

Segundo a lição de Rafael Oliveira (2018) *“O poder de iniciativa para deflagrar o processo legislativo de criação de cargos públicos é compartilhado pelos Poderes e órgãos com forte autonomia constitucional”*.

Nessa toada, tendo em vista que a iniciativa do projeto em análise é da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Diamantino/MT, infere-se que foi observada a competência para a deflagração do processo legislativo respeitando, dessa forma, o regramento constitucional e a Lei Orgânica Municipal.

2.2 – Da Criação de Cargo em Comissão - Requisitos

À luz do que preceitua o inciso II, do art. 37, da CF/88, a regra para a investidura em cargo ou emprego público é que se dê através de concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação.

Vale observar, outrossim, que *“as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”* (art. 37, V, CF/88).



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

O Supremo Tribunal Federal ao analisar a controvérsia relativa aos requisitos constitucionais (art. 37, incs. II e V, da Constituição da República) para a criação de cargos em comissão firmou, em repercussão geral, a seguinte tese:

“EMENTA Criação de cargos em comissão. Requisitos estabelecidos pela Constituição Federal. Estrita observância para que se legitime o regime excepcional de livre nomeação e exoneração. Repercussão geral reconhecida. Reafirmação da jurisprudência da Corte sobre o tema. 1. A criação de cargos em comissão é exceção à regra de ingresso no serviço público mediante concurso público de provas ou provas e títulos e somente se justifica quando presentes os pressupostos constitucionais para sua instituição. 2. Consoante a jurisprudência da Corte, a criação de cargos em comissão pressupõe: a) que os cargos se destinem ao exercício de funções de direção, chefia ou assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais; b) necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado; c) que o número de cargos comissionados criados guarde proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os institui; e d) que as atribuições dos cargos em comissão estejam descritas de forma clara e objetiva na própria lei que os cria. 3. Há repercussão geral da matéria constitucional aventada, ratificando-se a pacífica jurisprudência do Tribunal sobre o tema. Em consequência disso, nega-se provimento ao recurso extraordinário. 4. Fixada a seguinte tese: a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais; b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado; c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.”

(RE 1041210 RG, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 27/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-107 DIVULG 21-05-2019 PUBLIC 22-05-2019)

Como visto, criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, pressupondo a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o nomeado, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.

Não é demais lembrar que as atividades corriqueiras e ordinárias do órgão pressupõem a sua prestação por servidor público efetivo, sob pena de burla à regra do ingresso no serviço público através de concurso público.

Trilha nesse sentido a jurisprudência recente do Tribunal de Contas de Mato Grosso. Confira-se:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

“Processual. Inconstitucionalidade. Lei municipal. Cargos em comissão com funções técnicas, burocráticas, operacionais e ordinárias. **1) Lei municipal que permite o provimento em comissão de cargos para o exercício de funções puramente técnicas, burocráticas, operacionais e ordinárias, que não se relacionam com assessoramento, chefia ou direção, nem demandam relação de confiança com o chefe do Poder Executivo Municipal, viola ao mandamento constitucional do concurso público (art. 37, incisos II e V), sob pena de afastamento de aplicabilidade por padecer de vício material de constitucionalidade.** 2) Ainda que os atos administrativos de nomeação em cargos comissionados sejam fundamentados em lei previamente aprovada, a alegação de observância ao princípio da legalidade não deve prevalecer sobre a necessidade da legislação infraconstitucional se compatibilizar com a Constituição Federal.” (AUDITORIA. Relator: DOMINGOS NETO. Acórdão 409/2021 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 17/08/2021. Publicado no DOC/TCE-MT em . Processo 204820/2017). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2021, nº 74, jul/ago/2021)

Da análise da descrição do cargo em comissão de assessor parlamentar que se pretende criar, com suas respectivas atribuições, denota-se o caráter eminentemente de assessoramento aos vereadores em suas atividades parlamentares.

As atribuições estão descritas de forma clara e precisa, bem como o número de cargos comissionados (incluso o cargo em comissão de assessor parlamentar) parecer ser proporcional com a necessidade que visa suprir e o número de servidores ocupantes de cargos efetivos da Câmara Municipal de Diamantino/MT (17 servidores efetivos e 4 servidores comissionados).

Por ser cargo que visa o assessoramento direto aos parlamentares, pressupõe-se a necessidade de existência de relação de confiança, de modo que, salvo melhor juízo, o projeto de lei atende aos requisitos estabelecidos constitucionalmente.

2.3 - Observância às disposições da LRF

Como dito em linhas passadas, acompanha o Projeto a Estimativa de Impacto Orçamentário/Financeiro e a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, ambas firmadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Diamantino/MT, atendendo, aparentemente, aos requisitos estabelecidos junto aos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000 (LRF), a saber: **(i) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício presente e nos dois subsequentes; (ii) compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; (iii) demonstração da origem dos recursos para o seu custeio; (iv) não afetação das metas de resultados fiscais; (v) plano de compensação, mediante aumento permanente de receitas ou redução permanente de despesa.**



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

A análise realizada nesse ponto é estritamente jurídica, refugindo da competência desta advogada a análise dos dados constantes nos referidos documentos.

3. CONCLUSÃO

Em razão do exposto, opina-se pelo prosseguimento do processo legislativo referente ao Projeto de Lei nº 010/2023.

Salienta-se que, o Projeto de Lei em epígrafe deverá ser encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, para que seus membros elaborem os respectivos pareceres.

Por fim, ressalta-se que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

A opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Assessoria Jurídica, 02 de junho de 2023.


Aline Simony Stella

OAB/MT 16.673/O



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

OF. Nº 023/2023/SECLEG

Diamantino, 05 de junho de 2023.

Assunto: Auxílio as Comissões. Distribuição de Processo Legislativo, apresentado em Sessão Plenária.

Excelentíssimo Senhor
Arnildo Gerhardt Neto
Presidente da Câmara Municipal

Excelentíssimo Senhor
Adriano Soares Correa
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Excelentíssimo Senhor
Edimilson Freitas Almeida
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Senhores Presidentes,

Cumpre-me em consonância com o artigo 55, RI, distribuir matéria legislativa, apresentada no **EXPEDIENTE**, e disponível desde o momento do protocolo na página oficial da Câmara Municipal: <https://sapl.diamantino.mt.leg.br/materia/pesquisar-materia>

PLL 10/2023 - Projeto de Lei Legislativo

Ementa: Dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, altera a Lei Municipal nº 1.378/2020, e dá outras providências.

Protocolo: 573/2023 **Data Protocolo:** 22/05/2023 **Horário:** 17:29:20

Autor: Mesa Diretora 2023/2024

Localização Atual: Comissão de Constituição e Justiça


Status: Emissão de Parecer **Data Fim Prazo (Tramitação):** 15 de junho de 2023

Data de Tramitação: 05/06/2023

Última Ação: Matéria em tramitação, com apenso do Parecer Jurídico, encaminhando para conhecimento das Comissões CCJ e CFO para análise e emissão de Parecer, nos prazos regimentais

Aproveito o ensejo para remeter-lhe votos de apreço e considerações.

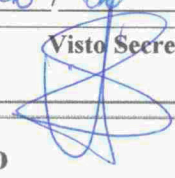
Atenciosamente,


Deizelucy Maria Pereira Mesquita
Chefe de Secretaria Legislativa
Portaria nº 013/2023



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PROTOCOLO GERAL 792/2023
Data: 26/06/2023 - Horário: 19:19
Legislativo - PCFO 25/2023

ORDEM DO DIA	DECISÃO PLENÁRIA - Data: <u>26 / 06</u> /2023	
Data: <u>26</u> / <u>06</u> /2023	<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: 
Comissão de Finanças e Orçamento		

Assunto: Parecer ao Projeto de Lei Legislativo nº 010/2023 - Dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, altera a Lei Municipal nº 1.378/2020, e dá outras providências.

Autoria: Mesa Diretora Biênio 2023/2024

RELATÓRIO

Em análise à matéria em tela e, com amparo ao Parecer da Jurídico, coube a esta Comissão analisar os aspectos financeiros.

Na análise este Relator averiguou apensos junto ao Projeto dos anexos:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Diante do exposto este Relator emite **PARECER FAVORÁVEL** e prossiga pela discussão e votação, em Sessão Plenária.

Comissão de Finanças e Orçamento, 26 de junho de 2023.


Ver. Edmilson Freitas Almeida – PSDB

Presidente/Relator



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

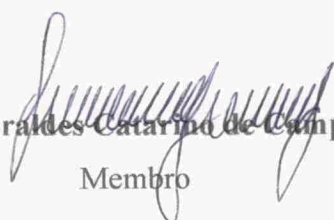
PARECER Nº 025/2023 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Está Comissão comunga com o Parecer emitido pelo Presidente/Relator desta Comissão e somos de Parecer Favorável a aprovação do Projeto de Lei.

Comissão de Finanças e Orçamento, 26 de junho de 2023.



Ver. José Carlos David – PDT
Vice-Presidente



Ver. Eraldes Catarino de Campos – MDB
Membro



Protocolo N° ____/2023 Data: ____/____/2023 Hora: ____/____ Autores: _____	<u>ORDEM DO DIA</u> DATA <u>26</u> / <u>06</u> /2023 VISTO _____	<u>DECISÃO PLENÁRIA</u> DATA <u>26</u> / <u>06</u> /2023 () APROVADO (X) REPROVADO Visto Secretário: _____
---	---	--

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Assunto: PARECER AO PROJETO DE LEI N° 10/2023 – Dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, altera a Lei Municipal n° 1.378/2020, e dá outras providências.

Autoria: Mesa Diretora – Biênio 2023/2024

RELATÓRIO DO RELATOR.

Aportou a esta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei n.º 10/2023, de autoria da Mesa Diretora - Biênio 2023/2024, que dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino/MT, altera a Lei Municipal n° 1.378/2020, e dá outras providências.

Referido Projeto de Lei foi protocolado nesta Casa em 22/05/2023 e, na mesma data foi encaminhado para o Expediente da Sessão Ordinária.

Conforme previsto no art. 69, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos de lei, para efeito de admissibilidade e tramitação.

Inicialmente, constata-se que não há vício de iniciativa que macule o presente Projeto de Lei.

No entanto, o projeto em estudo fere os princípios Constitucionais da Moralidade Administrativa e da Eficiência, uma vez que esta Casa possui em seus quadros número adequado de servidores efetivos e comissionados, que executam suas atividades e atendem de forma satisfatória todos os Parlamentares.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

Não é demais lembrar que, recentemente, houve a reforma administrativa do quadro de servidores desta Casa, justamente por se entender que havia número excessivo de servidores comissionados em detrimento dos servidores efetivos, fato que maltratava a regra constitucional do concurso público.

Vale ressaltar que em razão de tal reforma houve significativa economia aos cofres públicos, inclusive com devolução de dinheiro público ao Poder Executivo.

De mais a mais, não foi apresentada justificativa plausível para fazer frente à propositura em comento.

Pelo supra exposto, este Relator é de **Parecer Contrário** à aprovação da matéria em análise.

Comissão de Constituição e Justiça, 19 de junho de 2023.

Ver. Adriano Soares Correa - PSB

Presidente



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR.

PARECER Nº 033/2023 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 10/2023 – DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO/MT, ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.378/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Relatório apresentado pelo Vereador Presidente Adriano Soares Correa, opinando unanimemente pela **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei nº 10/2023.

Comissão de Constituição e Justiça, 19 de junho de 2023.


Ver. Adriano Soares Correa - PSB

Presidente/Relator


Ver. Diocelino Antunes Pruciano

Vice-Presidente


Ver. Michele C. Carrasco Mauriz -UNIÃO

Membro